



Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde  
Coordenação de Gestão da Educação na Saúde  
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO  
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às oito e quarenta e cinco de seis de maio de dois mil e quatorze, a responsável pela  
2 Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite – CIES/CIB-TO –  
3 Senhora Marluce Vasconcelos Calazans Pilger conduziu a segunda reunião ordinária, com os  
4 seguintes representantes: **Adeusvi Moreira dos Santos/Titular – CIR Amor Perfeito; Andrea**  
5 **Siqueira Montalvão/Titular – DAPS; Andreis Vicente da Costa/Titular – CGES; Aray de Jesus**  
6 **R. Fernandes/Suplente – CGRT; Ellys Symone Gomes de Arruda/Suplente – DAPS; Jacyara**  
7 **Tavares Milhomens/Titular - FUNTROP; Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo/Titular –**  
8 **ETSUS; Márcia Cristina Godoy Siqueira/Titular – CEP; Maria Lúcia de O. Sousa/Suplente –**  
9 **SINTRAS; Miriam Leine Costa Soares Sousa/Titular – CIR Cantão; Nilton Vale**  
10 **Cavalcante/Titular – IE Pública Superior; Paulo Henrique Mendes Teixeira/Titular - COSEMS;**  
11 **Rosemeire Vieira Pereira Aquino/Suplente - CIR Bico do Papagaio; Sirlene Pereira dos**  
12 **Santos Farias/Titular - CIR Sudeste.** Senhora Marluce Pilger iniciou a reunião justificando a  
13 ausência da Senhora Márcia Valéria, Secretária Executiva desta Comissão. Continuou com a  
14 leitura dos itens de pauta: **1. Leitura da pauta para pactuação e aprovação. 2. Observações**  
15 **de alterações e aprovação da ata da I Reunião Ordinária de 24/03/2014; 3. Momento**  
16 **Formativo: Gestão e Regulação do Trabalho – Expositora: Ludimila Monturil; 4.**  
17 **Apresentações e Consensos: 4.1. Apresentação e Consenso dos representantes de**  
18 **Instituições de Ensino Provadas para compor a Comissão de Integração Ensino-Serviço –**  
19 **Solicitante: CIES – Expositora: Marluce V. Calazans Pilger; 4.2. Apresentação da proposta de**  
20 **projeto de Especialização em Reabilitação Cognitiva para Equipe Multidisciplinar.**  
21 **Solicitante: Morgana Martins dos Santos – DAPS/SESAU – Expositoras: Kamila Caixeta e F.**  
22 **Renovato e Raquel Moraes Sampaio – Gerência de Atenção à Pessoa com Deficiência/DAPS;**  
23 **4.3. Repactuação de recursos financeiros de PEP e PROFAPS para: Diárias de Colaborador**  
24 **Eventual para o Curso Técnico em Gestão Pública; Educação Permanente: Cursos no HMDR,**  
25 **requisitos para a Prática Profissional; reforço dos processos de hora-aula nos cursos**



26 executados pela Coordenadoria de Educação Profissional; pagamento de Diárias de  
27 Colaborador Eventual para o Curso de Atualização para Auxiliares e Técnicos de  
28 Enfermagem com ênfase em Urgência e Emergência. Solicitante/Expositora: Márcia Cristina  
29 Godoy Siqueira – CEP/ETSUS; 5. Informes: 5.1. Reunião Comitê Telessaúde -  
30 Solicitante/Expositora: Marluce Pilger; 5.2. Novos membros da CIES/CIB-TO -  
31 Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – responsável pela CIES/CIB-TO. Senhora Marluce  
32 retirou do item 4.3. a repactuação referente ao Projeto Educação Permanente: Cursos no  
33 HMDR, requisitos para a Prática Profissional anteriormente solicitado pela Senhora Márcia  
34 Cristina. Senhor Nilton Cavalcante – IEs Públicas Superior solicitou a inclusão do item 5.3.  
35 Convite Seminário. Senhora Michelle Filgueira – Coordenadora UNASUS/Tocantins solicitou  
36 inclusão do item 5.4. Edital UNASUS. Pauta aprovada com alteração e inclusões. Passou-se ao  
37 item 2. Observações de alterações e aprovação da ata da I Reunião Ordinária de  
38 24/03/2014. Ata aprovada sem alterações. Devido à ausência do Senhor Tiago Pereira da  
39 Silva, representando a Senhora Ludimila Monturil, consensuado entre os presentes de se  
40 colocar o item 3. Momento Formativo no fim da pauta. Passou-se ao item 4. Apresentações e  
41 Consensos: 4.1. Apresentação e Consenso dos representantes de Instituições de Ensino  
42 Privadas para compor a Comissão de Integração Ensino-Serviço – Solicitante: CIES –  
43 Expositora: Marluce V. Calazans Pilger. Senhora Marluce apresentou as instituições  
44 presentes que responderam à Carta Convite, sendo: Instituição de Ensino Privada Nível  
45 Médio, o Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio – SENAC, no momento representado  
46 pela Senhora Margysa Thaymmara Bezerra Rosas; e Instituições de Ensino Privada Nível  
47 Superior, o Centro Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA representado pelo Senhor Ralf  
48 Priensnitz Simch, Faculdade de Palmas – FAPAL representada pela Senhora Lisy Mota da Cruz  
49 e Centro Universitário de Gurupi - UNIRG representada pela Senhora Lívia Lays A. Sousa.  
50 Colocou que o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos – ITPAC/Araguaína também  
51 respondeu à Carta Convite e que conforme contato telefônico e e-mail, o Senhor Cláudio  
52 Henrique Clemente Fernandes, viria representá-la, mas até o momento não havia chegado.  
53 Consensuado que as Instituições de Ensino Privadas de Nível Médio estarão representadas na  
54 CIES pelo SENAC como titular e UNIRG como suplente. O fato de apenas uma Instituição de  
55 Nível Médio estar presente gerou vacância na suplência a qual foi preenchida pela UNIRG já



56 que a mesma havia manifestado interesse e estava presente. As Instituições de Ensino  
57 Privadas de Nível Superior estarão representadas na CIES pela ULBRA como titular e a FAPAL  
58 como suplente. Passou-se ao item **4.2. Apresentação da proposta de projeto de**  
59 **Especialização em Reabilitação Cognitiva para Equipe Multidisciplinar. Solicitante: Morgana**  
60 **Martins dos Santos – DAPS/SESAU – Expositoras: Kamila Caixeta e F. Renovato e Raquel**  
61 **Moraes Sampaio – Gerência de Atenção à Pessoa com Deficiência/DAPS.** Senhora Raquel  
62 apresentou o número de pessoas com deficiência no cenário mundial, nacional e estadual,  
63 sendo neste último, o total de 18.263 habitantes somente na área de deficiência intelectual.  
64 Colocou que devido ao cenário apresentado foi criada a Política de Enfrentamento no Brasil, o  
65 Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do  
66 Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011 (EDUCAÇÃO, ESPORTE, PROTEÇÃO SOCIAL,  
67 TRANSPORTE, SAÚDE). No setor saúde foi estabelecida a Rede de Cuidados a Pessoa com  
68 Deficiência no âmbito do SUS (Portaria nº. 793, de 24 de abril de 2012) e as Diretrizes para  
69 Tratamento e Reabilitação/Habilitação de Pessoas com Deficiência Física, Auditiva, Visual,  
70 Intelectual e Ostomia. Apresentou a Composição da Rede de Atenção à Pessoa com  
71 Deficiência no Estado do Tocantins, sendo: dois Centros Especializados em Reabilitação – CER  
72 II Palmas (física e intelectual) e CER II APAE Colinas (intelectual e auditivo); dois serviços de  
73 reabilitação para pessoa com deficiência física; onze serviços de reabilitação, de âmbito  
74 intermunicipal, para pessoas com deficiência física; dez serviços de reabilitação para pessoas  
75 com deficiência intelectual – APAES conveniadas; um serviço de diagnóstico e reabilitação  
76 para pessoas com deficiência auditiva - CEDRAU. Senhora Raquel disse que os profissionais  
77 de saúde que compõem essa rede têm experiência em reabilitação física, porém baixo  
78 acúmulo de experiência em reabilitação cognitiva. Quanto à formação e qualificação dos  
79 profissionais na área de reabilitação cognitiva, expôs que há um baixo número de Institutos  
80 de Neurologia que ofertam este tipo de especialização, baixo número de docentes mestres e  
81 doutores com experiência nesta área nos respectivos cursos, poucos cursos com  
82 reconhecimento do MEC e oferta de curso para categorias profissionais isoladas, e não para  
83 toda a equipe multiprofissional. Senhora Raquel colocou que o objetivo geral deste projeto de  
84 Espacialização é capacitar e instrumentalizar os trabalhadores do SUS que atuam nos Centros  
85 Estaduais de Reabilitação do Estado do Tocantins, a saber: Centros de Reabilitação de



176 que "aí a gente traz a demanda deles e a demanda da Secretaria de Estado e de acordo com a  
177 solicitação e o valor que tem de sobra a gente vai agregando esses cursos, a gente tem feito  
178 assim." Senhor Nilton – IEs Particulares Superior perguntou se tem como trazer para CIES o  
179 que os PAREPS já produziram de propostas, o que desses recursos da Educação Permanente  
180 foram efetivamente utilizados ou propostos pelos municípios nessas oportunidades. Senhora  
181 Marluce – responsável pela CIES esclareceu que em 2012 foi realizado o PAREPS nas regiões  
182 de saúde e que as propostas educativas foram apresentadas à CIES, mas conforme pactuação,  
183 o recurso destinado ao PAREPS aguardava publicação de portaria e que essa nova portaria de  
184 repasse de recurso não mais saiu até então. Disse que a ETSUS e/ou áreas técnicas  
185 executaram cursos ao longo desses anos que contemplam tais demandas, porém não foi  
186 atingido o número de pessoas apontadas pela região, pois quando a ETSUS e/ou área técnica  
187 executou os cursos, as vagas eram destinadas ao Estado como um todo. Colocou, ainda, que  
188 este status já foi anteriormente apresentado na CIES. Senhor Paulo Henrique - COSEMS  
189 colocou que tão importante quanto o quantitativo é colocar na discussão a qualidade da  
190 formação. Colocou sobre o cuidado na elaboração de Termo de Referência, para que não  
191 venhamos a cometer erros, para que se garanta verdadeiramente essa qualidade. Senhora  
192 Linvalda solicitou à Senhora Marluce que traga avaliação dos cursos para próxima CIES, não  
193 apenas o da UNITINS. Disse que todos os cursos com a UNITINS têm avaliação, não só os EAD,  
194 mas também os de pós-graduação. Colocou que como servidora e educadora, tem a opinião  
195 de que o que não se consegue avaliar, nesse momento, é a efetivação, pois não depende só  
196 da formação dos servidores, depende também de outros fatores. Senhor Paulo Henrique  
197 colocou que há que se rever a construção de objetivo dos cursos, pois muitos colocam como  
198 objetivo melhorar o serviço, e disse ainda que se deve então colocar instrumentalizar, já que  
199 não se consegue avaliar a efetivação. Disse que realmente não tem como avaliar ao final do  
200 curso, pois a efetivação é processual. Senhora Linvalda pontuou que não se pactua com aluno  
201 de que você entrou assim e vai sair assim, o que Senhor Paulo Henrique disse concordar.  
202 Projeto Consensuado. Passou-se ao item **4.3. Repactuação de recursos financeiros de PEP e**  
203 **PROFAPS para: Diárias de Colaborador Eventual para o Curso Técnico em Gestão Pública;**  
204 **Reforço dos processos de hora-aula nos cursos executados pela Coordenadoria de Educação**  
205 **Profissional; Pagamento de Diárias de Colaborador Eventual para o Curso de Atualização**



116 apresentou a planilha financeira no valor de R\$1.237,23 (mil duzentos e vinte e três reais) por  
117 aluno/módulo, totalizando o valor de R\$ 769.459,50 (setecentos e sessenta e nove mil  
118 quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). Senhora Linvalda  
119 ETSUS/SESAU disse que o projeto é interessante e que o estado tem carência de formação de  
120 trabalhadores, que é uma área que nunca foi investida com esse tipo de curso, perguntou se  
121 esse projeto já havia sido discutido com a área técnica de saúde mental e de onde seria o  
122 recurso para execução já que na planilha consta fonte 248. Senhora Kamila Caixeta – explicou  
123 que o projeto foi elaborado em conjunto com a área técnica da pessoa com deficiência e que  
124 saúde mental é outra área, tendo em comum apenas o portador de autismo. Colocou que  
125 quanto ao recurso, está se tentando pleitear junto à ETSUS porque a área da pessoa com  
126 deficiência tem recurso, porém é pouco e que, no momento, essa área não é prioridade para  
127 o Estado. Senhora Linvalda explicou que com relação à disponibilidade financeira, a ETSUS  
128 não dispõe no momento. Colocou que o último recurso repassado pelo Ministério da Saúde é  
129 de 2011 e que todo ele já tinha sido programado. Colocou que o que tem sido repactuado na  
130 CIES são as sobras de recursos de cursos que têm sido finalizados e que hoje não há  
131 disponibilidade financeira nessa monta. Senhora Linvalda disse que estará fazendo prestação  
132 de contas para Ministério da Saúde dos recursos desde o ano de 2007. Disse, ainda, que mais  
133 de cinquenta por cento do recurso está empenhado e que há três milhões em processo  
134 ainda não empenhados devido estar em fases administrativas de contratação, licitação  
135 Informou que na semana passada conversou com uma pessoa do Ministério da Saúde e que  
136 eles estão querendo saber do saldo dos recursos e que haveria reunião no dia seguinte  
137 (07/05/2014) com o Ministro para ver quanto eles iriam repactuar na nova portaria da PNEPS  
138 Disse que há possibilidade de vir o recurso ainda este ano, mas que não poderia garantir  
139 porque foge de sua governabilidade. Senhora Linvalda disse que como membro da CIES  
140 propõe aprovar a proposta e aguardar a disponibilidade financeira. Encaminhamento do  
141 ponto de pauta para próxima CIES, apresentar o que já foi gasto com recurso de PEP e  
142 PROFAPS, o que já foi feito, o que está sendo feito e o que será feito com esse recurso que  
143 estamos operacionalizando e executando. Disse que entende a proposta do curso e que acha  
144 interessante. Senhora Nilton – IEs Públicas Superior disse que dificilmente se vê um projeto  
145 bem formulado, estruturado, com objetivo claro. Disse que realmente o preço é alto, mas que

Handwritten text



146 um curso nessa área não é barato, “*pois é a ponta da ponta e poucos dão valor a essa área*”,  
147 por falta de conhecimento ou até por não ter alguém na família nessa situação de deficiência.  
148 Colocou que o primeiro passo já foi dado apresentando o projeto na CIES e depois o levando à  
149 CIB e tentar batalhar, “*pois não é fácil arrancar recurso de outras áreas para uma área como*  
150 *essa até porque assusta o preço, mas não tem como fazer um curso deste com a qualidade*  
151 *que precisa que ser feito se não for gastando.*” Senhora Ellys – DAPS/SESAU colocou que  
152 sempre se visualiza o recurso o que é fundamental. Sugestou que se deve colocar como  
153 prioritário e disse que o que a encantou com o projeto foi fazer essa junção multiprofissional  
154 e que em termos de Tocantins e de Brasil isso é muito precário e que diante desse fato se  
155 torna algo grandioso, como se fosse iniciar algo inédito em nível de Brasil. Senhora Ellys  
156 propôs veicular todas as propostas nessa direção de vir a conseguir o recurso. Colocou que da  
157 forma como foi apresentado foi de muita magnitude, diante de todos esses aspectos e que  
158 tem que se ter custo, mas também benefício em longo prazo. Senhora Linvalda colocou que a  
159 proposta é aprovar o projeto, mas que a disponibilidade financeira fica dependendo da  
160 liberação de novos recursos e que à medida que receber novos recursos do Ministério não  
161 precisa mais passar por esse fórum, passando a fazer parte do novo PEP. Senhora Linvalda  
162 disse que quanto ao valor não irá discutir, porque se for comprar o curso irá passar por  
163 licitação e que muitas vezes sobra recurso diante da estimativa prevista, mas que ao contrário  
164 também acontece quando é curso de exclusividade e as licitações aparecem desertas e a  
165 gente tem que alterar o valor para mais por que ninguém vem por aquele preço, mas também  
166 tem como justificar já que passou por processo licitatório. Senhora Raquel – CER/Palmas  
167 colocou que a princípio o valor assustou, mas que entenderam que não valia à pena trazer  
168 para CIES um valor fora da realidade. Exemplificou que hoje o Centro Estadual de Reabilitação  
169 não dá conta dessa clientela (pessoa com deficiência intelectual) e que atualmente tem  
170 usuário e família se deslocando para ficar quatro, seis meses, no Hospital Sarah Kubitschek  
171 em Tratamento Fora de Domicílio - TFD o qual é caro. Senhora Linvalda disse que está sendo  
172 construído o Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde - PAREPS e solicitou  
173 que para próxima reunião seja apresentado o que foi ouvido nas Regiões de Saúde, quais suas  
174 necessidades voltadas para a questão da formação. Colocou que houve oficina para qualificar  
175 os representantes da CIR na CIES e que eles fizeram esse movimento no mês passado e disse



206 para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem com ênfase em Urgência e Emergência.  
207 Solicitante/Expositora: Márcia Cristina Godoy Siqueira – CEP/ETSUS. Senhora Márcia Cristina  
208 colocou que a ETSUS está sempre revendo as sobras e saldos de curso para trazer à CIES para  
209 repactuação. Apresentou a repactuação de recursos originários do PROFAPS para Diária de  
210 Colaborador Eventual para o Curso Técnico em Gestão Pública no valor de R\$ 58.370,68  
211 (Cinquenta e oito mil trezentos e setenta reais e sessenta e oito centavos); recursos  
212 originários de PEP para Reforço dos processos de hora-aula nos cursos executados pela  
213 Coordenadoria de Educação Profissional no valor de R\$ 70.492,29 (Setenta mil quatrocentos e  
214 noventa e dois reais e vinte e nove centavos); e recursos também originários de PEP para  
215 pagamento de diárias de Colaborador Eventual para o curso de Atualização para Auxiliares e  
216 Técnicos de Enfermagem com ênfase em Urgência e Emergência no valor de R\$ 12.160,00  
217 (Doze mil cento e sessenta reais). Senhor Nilton perguntou se o curso de Técnico em Gestão  
218 Pública ainda nem começou, como aprovar mais recursos se ainda não sabe ainda nem se  
219 haverá sobra ou se vai faltar recurso. Senhora Márcia Cristina esclareceu que conversando  
220 com o COSEMS, este solicitou a inclusão de recurso para pagamento de diária para  
221 deslocamento dos secretários até Palmas e que o curso quando planejado havia previsto  
222 apenas pagamento de hora aula, material de consumo e reprografia. Senhora Márcia Cristina  
223 apresentou, na oportunidade, a distribuição de vagas do curso ALSO (Curso para enfermeiros  
224 e técnicos da rede hospitalar na área de urgência de obstetrícia) conforme solicitado em  
225 última reunião, sendo: Hospital e Maternidade Dona Regina – 07 vagas; Hospital Dom Orione  
226 – 07 vagas; Hospital e Maternidade Tia Dedé – 05 vagas; Hospital Regional de Gurupi – 05  
227 vagas, Hospital Regional de Dianópolis – 02 vagas; Hospital Regional de Guaraí – 04 vagas;  
228 Hospital Regional de Arraias – 02 vagas; Hospital Regional de Augustinópolis – 05 vagas;  
229 Hospital Regional de Paraíso - 05 vagas; Hospital Regional de Miracema – 04 vagas; Hospital  
230 Regional de Xambioá – 02 vagas; e Hospital Regional de Pedro Afonso – 02 vagas. Informou  
231 que esse curso será realizado dias 05 e 06 de julho e que o curso certifica, habilita os  
232 profissionais dos hospitais que atendem a área de obstetrícia. Esclareceu ao Senhor Nilton  
233 que serão sete salas com grupos menores, onde os grupos passam por todas as salas como se  
234 fossem sete módulos e que os profissionais que ministram o curso são do Estado de São  
235 Paulo. Repactuação consensuada. Passou-se ao item **5. Informes: 5.1. Reunião Comitê**



296 mesmo colocou que sempre há certa confusão ao falar de Gestão e Regulação do Trabalho e  
297 Departamento Pessoal e que esta é uma diretoria dentro da Gestão. Disse que a Gestão do  
298 Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a  
299 participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único  
300 de Saúde. Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de  
301 seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente  
302 estabelecidas pela administração local. Disse que a Política de Gestão e Regulação do  
303 Trabalho pressupõe a garantia de requisitos básicos para a valorização do trabalhador da  
304 saúde e do seu trabalho, tais como: Plano de Carreira, Cargos e Salários; vínculos de trabalho  
305 com proteção social; espaços de discussão e negociação das relações de trabalho em saúde,  
306 com mesas de negociação permanente e comissões locais de negociação de condições de  
307 trabalho, humanização dos serviços, avaliação de Desempenho e da qualidade do trabalho,  
308 dentre outros. Colocou que no Tocantins há apenas uma mesa de negociação instituída, mas  
309 que não está funcionando como deveria, se reunindo apenas quando convocados, e que o  
310 objetivo da mesma é tratar conflitos e demandas decorrentes das relações funcionais e do  
311 trabalho no âmbito do SUS, buscando alcançar soluções para os interesses manifestados por  
312 cada uma das partes. Senhor Paulo Henrique – COSEMS perguntou se as discussões de piso  
313 salarial passam pela Mesa de Negociação e Senhor Tiago disse que muitas categorias se  
314 articulam individualmente suas questões não passando pelos espaços formais que existem  
315 para essa discussão. Senhor Tiago disse ainda que final deste mês devem ser capacitados dois  
316 negociadores com intenção de fazer com que esses tomem a frente da mesa de negociação e  
317 fazer com que se conscientize e sensibilize os gestores para que se sentem à Mesa para  
318 discussão e informou que neste semestre haverá capacitação para Região Norte sobre Mesa  
319 de Negociação e que será realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos  
320 Socioeconômicos – DIEESE. Segundo Tiago a Desprecarização do Trabalho no SUS:  
321 DesprecarizaSUS é uma estratégia de ação de governo que objetiva discutir alternativas para  
322 desprecarizar os vínculos de trabalho na saúde. Disse que atualmente tem como ação fazer  
323 mapeamento dos vínculos estaduais para depois começar a trabalhar incentivos para os  
324 municípios do Tocantins. Colocou sobre o Programa de Qualificação e Estruturação Gestão do  
325 Trabalho no SUS - PROGESUS visa à cooperação técnica e financeira com estado e os



236 **Telessaúde - Solicitante/Expositora: Marluce Pilger.** Senhora Marluce informou que no dia  
237 25/04/2014 em Brasília/DF ocorreu a participação do Telessaúde Tocantins Redes na Reunião  
238 do PET-Redes – Saúde Indígena; dia 06/05 as 15h30min, na sala 16, bloco BALA/UFT estará  
239 acontecendo a Webconferência Implantação do e-SUS AB/cartão SUS; a Reunião Pedagógica  
240 Programa Mais Médicos – Região Norte dias 07 a 09/05/2014 em Brasília/DF foi adiada  
241 segundo informação da Senhora Michelle Pantoja; e dias 03 a 05/06/2014 haverá a  
242 participação do Telessaúde Tocantins Redes no Encontro de e-Saúde e Telessaúde da  
243 Amazônia em Manaus/AM dias 03 a 05/06/2014, onde a Senhora Ellys Symone estará  
244 representando a CIES. Senhora Michelle disse que o Ministério da Saúde chamou os Núcleos  
245 de Telessaúde para promover o apoio técnico junto à implantação do e-SUS nos Estados, o  
246 que tem sido ponto de discussão do Comitê junto à Atenção Primária. Passou-se ao item **5.2.**  
247 **Novos membros da CIES/CIB-TO – Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – responsável pela**  
248 **CIES/CIB-TO.** Senhora Marluce informou os novos membros, sendo: CIR Cantão: Miriam Leine  
249 C. S. Sousa – Titular e Fabrício da Silveira Parpineli - Suplente; Coordenação de Gestão e  
250 Regulação do Trabalho/ CGRT - Aray de Jesus R. Fernandes – Suplente. Passou-se ao item **5.3.**  
251 **Convite Seminário - Solicitante/Expositor: Senhor Nilton Cavalcante – IEs Públicas Superior.**  
252 Senhor Nilton fez o convite para o Seminário do Internato Rural do Curso de Medicina nos  
253 dias 09/05 à noite e 10/05 em período integral. Disse que o Internato Rural ocorre no último  
254 semestre do curso de medicina e que atualmente conta com cinquenta e dois alunos  
255 distribuídos em dezesseis municípios do Estado. Disse, ainda, que o seminário tem o objetivo  
256 de evidenciar os nós críticos e encaminhamentos do Internato e para tanto foram convidados,  
257 prefeitos, secretários municipais de saúde, preceptores, comunidade estudantil,  
258 representantes da Secretaria de Estado da Saúde, Assessoria de Gestão Educacional, entre  
259 outros. Passou-se ao item **5.4. Edital UNASUS - Solicitante/Expositora: Senhora Michelle**  
260 **Figueira – Coordenadora UNASUS/Tocantins.** Senhora Michelle lembrou que há um ano  
261 esteve na CIES apresentando a solicitação de adesão da UFT junto à Rede Universidade  
262 Aberta do SUS – UNASUS e que informou que na data de 28/04/2014 saiu o edital publicando  
263 o Termo de Aceite da UFT na Rede UNASUS e de outras três universidades da Região Norte.  
264 Disse que já está pronta a Secretaria Acadêmica Virtual – SECAVUS e que dia 10 de abril saiu  
265 um chamamento público da Vigilância em Saúde com propostas de cursos na área da



266 vigilância. Fez a proposta de marcar um momento com a presença da Diretoria da Vigilância,  
267 ETSUS, CIES, COSEMS e Telessaúde para discutir quais propostas são viáveis para apresentar à  
268 área de vigilância mediadas e/ou desenvolvidas pela UNASUS. Disse que a ideia inicial é  
269 investir no curso de Especialização em Vigilância em Saúde mediado pela UNASUS e que esse  
270 chamamento público finda dia 26 de maio para a proposta de encaminhamento. Colocou  
271 ainda que um dos critérios é integrar módulos que possam produzir um certificado com maior  
272 carga horária. Colocou à disposição o UNASUS para executar projetos que possam ser  
273 construídos em parceria. Senhora Linvalda sugestionou marcar uma data ainda essa semana  
274 devido ao prazo do edital. Senhora Michelle disse que a especialização ficará aberta não só  
275 para o Tocantins, mas também para aqueles que não estão na Rede UNASUS e têm interesse  
276 em fazer os cursos e esclareceu à Senhora Márcia Cristina que todos os municípios têm ponto  
277 do Telessaúde. Senhora Márcia Cristina disse que a ETSUS está indo junto ao Conselho  
278 Estadual de Educação para aprovar o curso Técnico em Gestão Pública com cinquenta por  
279 cento presencial e cinquenta por cento a distância, por ser um curso de 1.200 horas tornando  
280 difícil trazer secretários para cumprir toda a carga horária e que se tem que comprovar que o  
281 aluno tem alguma ferramenta que possa utilizar para os momentos a distância. Senhora  
282 Michelle disse que nos sete campos na UFT serão pólos do UNASUS. Paulo Henrique -  
283 COSEMS falou da importância de aproximar a UNASUS com a ETSUS para evitar duplicação de  
284 cursos e lembrou que o Estado levanta demandas como tem sido no momento, o PAREPS.  
285 Senhora Marluce colocou para Senhora Michelle que se conseguir agendar um horário nessa  
286 semana para discutir o chamamento público na área de vigilância, que já conversou  
287 pessoalmente com a Senhora Valéria Aquino representante da Diretoria de Vigilância na CIES  
288 e que a mesma se colocou à disposição. Antes de passar para o Momento Formativo,  
289 esclareceu ao Senhor Cláudio – ITPAC Araguaína que devido ao atraso do mesmo o item de  
290 pauta de consenso das Instituições de Ensino Particulares havia sido findado e deixou o  
291 convite para que o ITPAC Araguaína possa estar presente nas reuniões e que sob alguma  
292 circunstância em que uma das Instituições hoje representadas venha sair que será  
293 considerada a manifestação de interesse do ITPAC Araguaína e então será formalizado o  
294 convite para a representação. Passou-se ao item **3. Momento Formativo: Gestão e Regulação**  
295 **do Trabalho – Expositora: Ludimila Monturil.** Exposição realizada pelo Senhor Tiago. O



326 municípios por meio de ações focadas na criação e/ou fortalecimento e modernização dos  
327 setores de gestão no trabalho e da educação no SUS e disse que desde 2008 esse  
328 componente foi passado para a Educação na Saúde, alocado atualmente na ETSUS. Senhora  
329 Linvalda informou que vai começar a especialização em Gestão do Trabalho e Educação em  
330 Saúde com a UNITINS e outro com a FIOCRUZ o qual está sendo escrito o projeto. Senhor  
331 Tiago colocou que a regulação do trabalho tem a finalidade de debater, produzir e  
332 recomendar normas sobre a regulação do exercício profissional, bem como discutir sobre a  
333 regulamentação de novas ocupações no setor, de acordo com os princípios e diretrizes do  
334 SUS. Explicou que o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS é o conjunto de  
335 instrumentos de gestão que toma efetiva a política de gestão do trabalho da Secretaria da  
336 Saúde, sob a orientação dos princípios: Integração ao SUS; Aperfeiçoamento profissional  
337 continuado; Valorização do profissional da saúde pelo conhecimento adquirido, pela  
338 competência, pelo empenho e pelo desempenho; Incentivo à qualificação continuada;  
339 Racionalização da estrutura de cargos e carreiras; e Indenização pelo exercício das funções  
340 em local insalubre ou em horário noturno. Senhor Tiago colocou também que a Política  
341 Nacional de Humanização - PNH está dentro da Diretoria de Gestão e Regulação do Trabalho  
342 e tem como diretrizes a Valorização do Trabalho e do Trabalhador, Acolhimento, Clínica  
343 Ampliada, Gestão Participativa e Democrática, Ambiência, Defesa dos Direitos do Usuário e  
344 Fomento das grupalidades, coletivos e redes. O componente Saúde do Trabalhador, segundo  
345 Senhor Tiago é regulamentado pelo Decreto Nº 4.210, de 16 de dezembro de 2010. Finalizou  
346 explanando sobre Decreto n.º 2.643 de 17 de janeiro de 2006 que dispõe sobre a Avaliação  
347 Periódica de Desempenho dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo Estadual. Senhor  
348 Tiago disse que pode voltar à CIES para trabalhar mais o PCCS e Avaliação de Desempenho.  
349 Senhor Nilton ratificou que deveria voltar essas temáticas na comissão num planejamento  
350 melhor para que a reunião não se torne exaustiva e sugestionou que se trabalhe a questão do  
351 assédio moral e da saúde do trabalhador na lógica do assédio moral. Acrescentou que a  
352 avaliação, para ele, deve ter o objetivo de melhoria do trabalho e não punitiva ou para evoluir  
353 apenas, deve então, a avaliação, ser mais explorada pela gestão do trabalho. Senhor Tiago  
354 colocou que a avaliação tem que ser usada como ferramenta de gestão e ela possibilitaria  
355 identificar necessidade de material, de equipamento, ambiência, necessidade de capacitação,



356 sobre carga de trabalho, ociosidade do trabalho se fosse feita de acordo com a orientação,  
357 mas que isto não é feito. Colocou-se novamente à disposição para retornar à CIES. Senhora  
358 Linvalda propôs que, enquanto membro, e considerando o contexto da ETSUS, irá começar a  
359 avaliar os certificados, trazer a temática da certificação para próxima reunião. Colocou que a  
360 questão dos cursos que se quer fazer, cada um tem sua necessidade, só que enquanto gestão  
361 e enquanto serviço nós não damos conta nem das necessidades básicas quanto mais de todos  
362 os desejos. A reunião foi encerrada às onze horas e quarenta e três minutos e eu, Marluce  
363 Vasconcelos Calazans Pilger, responsável pela Comissão de Integração Ensino-  
364 Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata  
365 que após aprovada será assinada pelos membros presentes nesta reunião.

<b>MEMBROS DA CIES PRESENTES NA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO</b>	
<b>06/05/2014</b>	
Adeusvi Moreira dos Santos	Adeusvi M dos Santos
Andrea Siqueira Montalvão	
Andreis Vicente da Costa	Andreis Vicente da Costa
Aray de Jesus R. Fernandes	Aray de Jesus R Fernandes
Ellys Symone Gomes de Arruda	Ellys Symone Gomes de Arruda
Jacyara Tavares Milhomens	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	Linvalda
Márcia Cristina Godoy Siqueira	Marcia Siqueira
Maria Lúcia de Oliveira Sousa	Maria Lucia de Oliveira Sousa
Miriam Leine Costa Soares Sousa	
Nilton Vale Cavalcante	
Paulo Henrique Mendes Teixeira	Paulo Henrique Mendes Teixeira
Rosemeire Vieira Pereira Aquino	Rosemeire Vieira Pereira Aquino
Sirlene Pereira dos Santos Farias	Sirlene Pereira dos Santos Farias